



**X COLÓQUIO
INTERNACIONAL**
"Educação e Contemporaneidade"
22 a 24 de Setembro de 2016
São Cristóvão/SE - Brasil



ISSN: 1982-3657

OS RECURSOS TECNOLÓGICOS NO AUXÍLIO À APRENDIZAGEM DOS ALUNOS SURDOS NA ESCOLA REGULAR

ROSE MADALENA PEREIRA DA SILVA

EIXO: 14. TECNOLOGIA, MÍDIAS E EDUCAÇÃO

RESUMO Esse estudo teve como objetivo analisar a relação entre a utilização de recursos tecnológicos na sala de recursos multifuncionais e a aprendizagem dos estudantes surdos na sala de aula regular. O campo de análise foi uma escola pública municipal de Alagoas. Foi utilizada a pesquisa qualitativa do tipo estudo de caso além da análise em documentos oficiais que ressaltam as formas de tratar a inclusão na escola regular. O texto apresenta um relato de experiência procurando mostrar como a tecnologia assistiva presente no ambiente escolar, associada à metodologia diferenciada na sala de recursos multifuncionais, promove a inclusão e a aprendizagem significativa de estudantes com necessidades educacionais especiais, neste caso os estudantes surdos, na sala de aula regular. **Palavras-chave:** Educação, Inclusão, Tecnologias.

ABSTRACT This study aimed to analyze the relationship between the use of technological resources in the resource room and multifunctional learning of the deaf students in the regular classroom. The field of analysis was a public school of Alagoas. qualitative research of the case study type as well as analysis of official documents that highlight ways to address inclusion in regular school was used. The paper presents an experience report seeking to demonstrate how assistive technology present in the school environment , coupled with the different methodology in the multifunctional room features , promotes inclusion and meaningful learning of students with special educational needs , in this case the deaf students in the room regular class. **Keywords:** Education , Inclusion , Technologies .

INTRODUÇÃO A educação inclusiva concebe a escola como um espaço de todos, no qual os estudantes constroem o conhecimento segundo suas capacidades, expressam suas ideias

livremente, participam ativamente das tarefas de ensino e se desenvolvem como cidadãos nas suas diferenças. Neste sentido, a escola comum se torna inclusiva quando reconhece as diferenças dos estudantes diante dos processos educativos e busca a participação e o progresso de todos, adotando novas práticas pedagógicas. Não é fácil e imediata a adoção de novas práticas, pois elas dependem de mudanças que vão além da escola e da sala de aula. Para que esses processos possam se concretizar, se fazem necessários a atualização e o desenvolvimento de novos conceitos, assim como o redirecionamento de práticas pedagógicas compatíveis com a inclusão. Quando tratamos da inclusão de estudantes surdos, observamos algumas dificuldades, entre as quais a comunicação dos professores com esses estudantes, por não terem o domínio da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Diante do contexto, houve a necessidade de analisar como se efetiva a educação inclusiva na rede pública, mais precisamente na Escola Municipal Filomena Medeiros, considerando as possibilidades dos recursos tecnológicos, como facilitadores da aprendizagem dos sujeitos surdos. Este trabalho apresenta a discussão inicial dos aspectos históricos de inserção dos estudantes com necessidades especiais na escola regular, seguido dos aspectos legais que legitimam a inclusão, a necessidade da inserção dos recursos tecnológicos no processo ensino e aprendizagem e por fim o relato da experiência de inclusão na referida escola, a partir da análise de como os recursos tecnológicos auxiliam a aprendizagem dos estudantes surdos, com o trabalho desenvolvido na sala de recursos multifuncionais.

1. Panorama da Educação Inclusiva: aspectos históricos e a legislação brasileira

A temática da inclusão tem sido contextualizada tanto no campo nacional como no internacional, tendo como objetivo a proscricção dos efeitos da exclusão de pessoas com necessidades especiais em diversos ambientes, principalmente o escolar, no qual a inclusão tem buscado se efetivar pois, de acordo com a Constituição Federal de 1988 em seu artigo 205, "a educação é um direito de todos". Mas, sua concretização implica, entre outros fatores, na necessidade de um redimensionamento da escola, que consiste não somente na aceitação, mas também na valorização das diferenças para que todos sem distinção se sintam acolhidos. A educação inclusiva no ambiente escolar precisa estar baseada primeiramente na adaptação curricular e no apoio realizado por uma equipe multidisciplinar que ofereça suporte tanto ao professor quanto ao estudante com necessidades educacionais especiais. Apesar de termos uma legislação avançada nesse sentido, ao observarmos a realidade escolar, fica evidente que ainda há muita coisa a ser feita para que a educação inclusiva seja efetivamente implementada não apenas na escola, mas em todos os espaços.

1. A inclusão no Brasil e no mundo

Em todos os países, durante muito tempo, o diferente sempre foi marginalizado em todos os espaços e na escola acontecia o mesmo, pois os sujeitos diferentes eram colocados em salas separadas ou excluídos do processo educacional, com base em padrões de "normalidade". A

discussão sobre inclusão teve início nos anos 60 na França, porém a educação inclusiva para todas as crianças neste país se estabeleceu em 1984 (GARCIA, 2013). Nos Estados Unidos, entre as décadas de 1970 e 1980, os estudantes com necessidades especiais passaram a estudar em turmas regulares; em 1986 neste mesmo país foi apresentada a iniciativa de Educação Regular (REI), que tinha como objetivo promover meios que permitissem o atendimento de estudantes portadores de necessidades especiais (PNEES) na sala de aula regular, situação que ganhou impulso no ano de 1990. Na Itália esta questão ganhou movimento com a implementação de duas leis: uma em 1971, declarando o ensino em salas de aula regular para estudantes com necessidades especiais, com exceção dos casos que apresentassem uma carência profunda; e, outra em 1977 que estabelecia a inclusão de todas as crianças na escola normal. De acordo com Garcia (2013), no Brasil as discussões sobre inclusão surgiram entre os anos de 1960 e 1970, ganhando espaço em 1986, com a criação da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE). Atualmente a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), é o órgão responsável pelas políticas públicas de inclusão nas escolas públicas brasileiras. A SECADI disponibiliza apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino para a oferta e garantia de atendimento educacional especializado, complementar à escolarização e investe em Programas de Formação Continuada de Professores na Educação Especial - presencialmente e a distância -, Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais, Programa Escola Acessível (adequação de prédios escolares para a acessibilidade), Programa BPC na Escola e Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, que forma gestores e educadores para o desenvolvimento de sistemas educacionais inclusivos. Destacam-se também as ações de garantia de acessibilidade nos programas nacionais do livro, implementados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE (BRASIL, 2008). As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (DCNEEEB/2001) fazem parte do esforço para que tenhamos todas as crianças na escola e uma escola de qualidade para todos indiscriminadamente, constituindo-se um marco na atenção à diversidade na educação brasileira. Após sua constituição outros documentos reafirmaram a importância da inclusão na sala de aula regular dentre eles o Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE (BRASIL, 2000), no qual reafirma a inclusão das Pessoas com Deficiência, tendo como eixos a acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares, a implantação de salas de recursos multifuncionais e a formação docente para o Atendimento Educacional Especializado (AEE). Observamos que a educação inclusiva no Brasil se consolida a partir de 2008 quando foi elaborada a Política Nacional de Educação Especial, com base nos preceitos de uma escola em que cada estudante tem a possibilidade de aprender a partir de suas aptidões e capacidades. A política orienta os sistemas de ensino para garantir acesso de estudantes com necessidades educacionais especiais ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino, além de enfatizar a formação de

professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão. Enfatiza também a necessidade de participação da família e da comunidade, acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários e nas comunicações. Infelizmente as unidades de ensino da rede pública de todo território brasileiro enfrentam o desafio de inserir crianças especiais nas salas regulares de ensino, justamente por não terem suporte e apoio técnico, pedagógico e estrutural que efetivem essa inserção.

1. A inclusão na legislação brasileira

A educação inclusiva rompe com os paradigmas que sustentam o conservadorismo das escolas, contestando os sistemas educacionais em seus fundamentos. Ela questiona a permanência de modelos ideais, a normalização de perfis específicos de alunos (ROPOLI et al, 2010). Toda discussão sobre a inclusão inicia-se na Constituição Federal (1988), a qual afirma “a educação como direito de todos, dever do Estado e das famílias”; ganhando suporte no capítulo V, nos artigos 58,59 e 60 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL,1996), na Resolução do Conselho Nacional de Educação e Câmara de Educação Básica nº 2, de 11 de setembro de 2001 (Res. 2/01), que constitui as DCNEEEB/2001. As Diretrizes destacam que a política de inclusão dos estudantes que apresentam necessidades educacionais na rede regular de ensino, não consiste apenas na permanência física destes junto aos demais educandos, mas deve ter a ousadia de rever concepções e paradigmas para buscar desenvolver o potencial destas pessoas, além de respeitar seus limites e ressaltar suas potencialidades. Mesmo a inclusão estando assegurada por lei, é visível que sua aplicabilidade efetiva está longe de ser alcançada, pois, não basta garantir nas escolas, as matrículas de estudantes especiais no ensino regular e fazer adaptações em sua estrutura física, mas sim dar as condições necessárias de atendimento escolar. Sob essa perspectiva percebemos que há necessidade de investimentos tanto no aspecto físico das instituições escolares, quanto na conscientização e capacitação das pessoas, para que todos os aspectos voltados para a inclusão se concretizem, dando suporte aos portadores de necessidades especiais, não só no âmbito escolar como também na sociedade. A inclusão, assegurada por lei, busca a garantia de acabar com toda forma de preconceito, isolamento e marginalização das pessoas com necessidades especiais. É necessário buscar a efetivação das políticas nacionais, como a LDB/96, que destaca em seu artigo 59, inciso I, “os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organizações específicas para atender as suas necessidades”. Isto significa que podemos utilizar recursos tecnológicos, os quais para o auxílio da aprendizagem dos sujeitos com necessidades educacionais especiais são chamados de Tecnologias Assistivas (TA). As TA são compreendidas como aquelas que ajudam/auxiliam na ampliação das habilidades funcionais de pessoas com necessidades especiais, possibilitando a esses sujeitos independência cotidiana, qualidade de vida e inclusão. Foi com esse propósito que as salas de recursos multifuncionais foram implantadas nas

escolas públicas. Para Santarosa (1997, p.05), “as diferentes maneiras de utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) como Tecnologia Assistiva têm sido sistematizadas e classificadas das mais variadas formas, dependendo da ênfase que quer dar cada pesquisador”. No caso deste estudo, a ênfase será dada na utilização das TIC como ferramentas que ajudam a ressignificar a aprendizagem dos estudantes surdos.

1. Inclusão, tecnologia e aprendizagem

O papel da tecnologia nas sociedades atuais é tão intenso que se torna difícil pensar um espaço que ela não se faça presente, pois as informações se propagam aos diversos lugares em tempo e quantidades recordes. Remete então, a reflexão sobre o papel da escola e o quanto estamos inseridos em processos interativos que modificam categorias de espaço, de tempo, de aprendizagem e, por consequência do processo escolar. Nesse sentido, a escola que até pouco tempo trabalhava com informações escassas, buscando transmitir conteúdos, passou atualmente a se defrontar com o desafio de constituir-se em local de significativas aprendizagens mediadas pela inserção das tecnologias, com a tarefa fundamental de trabalhar a informação de forma mais abrangente, inclusiva e interativa. O uso das TIC na educação faz parte desse processo de avanço da ciência. Se hoje há indícios de que o uso da informática na educação é um processo irreversível, uma das preocupações precisa ser a de questionar e criar estratégias pedagógicas alternativas na maneira de inserir as TIC para efetivar tais mudanças no espaço escolar, uma vez que ele se modifica com a utilização desses recursos. Precisamos atentar para como e o quanto as TIC podem contribuir no processo ensino aprendizagem dos sujeitos ditos normais e os que apresentam necessidades educacionais especiais. Isto nos faz refletir também sobre a existência de uma nova consciência do ensinar e do aprender. Nessa direção, Sancho (2006, p.17) indica que “torna-se difícil negar a influência das tecnologias da informação na configuração do mundo atual, mesmo que esta nem sempre seja positiva para todos os indivíduos e grupos”. Podemos compreender com a fala do autor que a concepção de aprendizagem como um processo ativo deve permitir aos alunos a construção do seu próprio conhecimento e de suas capacidades, mediadas por intervenções para que possam descobrir e explorar também toda a potencialidade dos recursos tecnológicos auxiliando, inclusive, a aprendizagem colaborativa. Contudo, o acesso às tecnologias não acontece simplesmente com a instalação dos laboratórios de informática, como são chamados na escola e sala de recursos multifuncionais bem equipadas, mas com a formação permanente dos professores para que possam desenvolver uma mediação significativa, por meio do desenvolvimento de hábitos e saberes docentes para trabalhar e interagir com essas tecnologias. É preciso avançar para além da simples implementação técnica de computadores nas escolas, entendendo como as relações didático-pedagógicas acontecem com a inserção das tecnologias e que dificuldades há nessas relações. Segundo Sancho (2006, p.19), “a principal dificuldade para transformar os contextos de ensino com a incorporação de tecnologias diversificadas de

informação e comunicação parece se encontrar no fato de que a tipologia de ensino dominante na escola é a centrada no professor”. Na perspectiva desse avanço, acreditamos que é importante o aprofundamento nas formas de observação e ressignificação das práticas além da formação específica de professores para saberem lidar com estudantes com deficiência para a percepção de novas posturas pelas quais os atores da escola estão interagindo e se relacionando cotidianamente com essas tecnologias. A tecnologia passou a influenciar a construção do ambiente educativo por estabelecer mudanças que vão desde a parte administrativa até as relações que acabam envolvendo não só seus grupos internos, mas também pais e comunidade. A escola poderá cumprir seu papel social, tornando-se um ambiente de inclusão, no sentido de aquisição, de construção e reconstrução dos conhecimentos na busca da inserção de todos como cidadãos nas práticas sociais. É justamente neste contexto que as TA se inserem, pois são utilizadas para que os ambientes nos quais pessoas com necessidades educacionais especiais tenham acessibilidade e usabilidade tais como: comandar remotamente aparelhos eletrodomésticos, acender e apagar luzes, abrir e fechar portas, enfim, ter um maior controle e independência nas atividades cotidianas. A surdez é uma necessidade física especial descrita na lei nº 5.296/04, “a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, comprovada por audiograma nas frequências de 500 hertz, e 2.000 hertz”. Quando vemos uma pessoa, sua surdez não é evidente. A pessoa surda tem uma forma especial de ver, sentir e estabelecer relações com o outro e o mundo. Isso não afeta a capacidade intelectual do indivíduo, nem sua habilidade para aprender. Ao serem inseridos na sala de aula regular, são integrados no processo de ensino aprendizagem e valores culturais da sociedade ouvinte. Mas este fator não estabelece que a aprendizagem deles deva acontecer da mesma forma que os estudantes ouvintes, pois eles aprendem principalmente a partir do que visualizam. Segundo Coll et al (2004, p. 190), independente da área, deve se dar mais ênfase aos procedimentos de aprendizagem, e não tanto à acumulação de informação. Pois, tanto para os alunos surdos como para os ouvintes é importante desenvolver o desejo de saber, o interesse pela busca de informação, o gosto pela leitura e a satisfação pela resolução de um determinado problema. Por este motivo, é de suma importância a utilização de recursos tecnológicos que possibilitem a visualização de imagens e objetos concretos. É nesse contexto que as TA são utilizadas. No que se refere às TA específicas, disponíveis para os surdos, temos vários recursos visuais como: alfabeto em Libras, vídeos, jogos, fantoches e todos os recursos que possam ser visualizados na perspectiva de desenvolverem a aprendizagem significativa. De acordo com Ausubel, Novak e Hanesian (1980, p.63), a aprendizagem significativa é “um processo no qual uma nova informação é relacionada a um aspecto relevante da estrutura de conhecimento do indivíduo”. É exatamente esta a intenção ao inserir as TA nas práticas pedagógicas.

4. A aprendizagem dos alunos surdos com o auxílio das tecnologias na Escola Municipal Filomena Medeiros – Relato de experiência Ao longo da história, o tema

surdez motivou diversas pesquisas, entretanto, “nem sempre o progresso dos conhecimentos significou uma melhora no bem-estar dos surdos”, conforme afirmam Ropoli et al (2010, p.17). Ou seja, os objetivos propostos, os meios empregados e os resultados obtidos precisam ser avaliados tanto no plano científico como no plano ético. A garantia de acesso, participação e aprendizagem de todos os alunos nas escolas contribuem para a construção de uma nova cultura de valorização das diferenças. A este respeito, Aranha afirma que

tanto a integração como a inclusão propõem a inserção educacional da criança com deficiência, só que a inclusão o faz de forma mais radical, completa e sistemática, pois caracteriza-se como um processo bi-direcional, que prevê intervenções do lado do desenvolvimento do sujeito, mas ressalta a importância dos reajustes na sociedade (ARANHA,2001, p.24). O entendimento que temos ao analisar a fala da autora, é que os ajustes para atender aos sujeitos com necessidades especiais devem acontecer em todos os espaços, inclusive, o escolar. A partir do dia 17 de setembro de 2008, o Decreto nº 6.571 (BRASIL, 2008), que dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado (AEE), destina recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica – FUNDEB, ao atendimento de estudantes com deficiência manifestada em transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, matriculados na rede pública de ensino regular e nas salas de AEE concomitante, conforme registro no censo escolar. Partindo desse entendimento, fui motivada como coordenadora da escola municipal Filomena Medeiros a pesquisar a relação entre a utilização de recursos tecnológicos na sala de recursos multifuncionais e a aprendizagem dos estudantes surdos na sala de aula regular. Buscando atender a lei, a Escola Municipal Filomena Medeiros localizada no centro do município de União dos Palmares/AL, com um número de 25 professores e aproximadamente 400 alunos, apresenta uma proposta significativa de inclusão utilizando a TA na sala de recursos multifuncionais. A sala é organizada com mobiliários, materiais didáticos e pedagógicos, recursos de acessibilidade e equipamentos específicos (1 microcomputador com mouses, 2 notebooks 1 monitor de TV e teclado, scanner e 1 impressora a laser) para o atendimento aos estudantes público alvo da educação especial no caso desta instituição, os estudantes surdos. Eles participam das aulas na sala de recursos multifuncionais em turno contrário aos estudos em sala de aula regular. O trabalho é desenvolvido com 03 alunos surdos, sendo 2 do 8º ano com idade entre 14 e 16 anos e 1

do 9ºano com idade de 17 anos. Os três alunos já nasceram com a deficiência e não utilizam aparelho auditivo. A rotina diária deles é de duas horas de AEE na sala de recursos multifuncionais e quatro horas na sala de aula regular. São filhos de trabalhadores autônomos e moram em comunidades periféricas. São estudantes com bom comportamento e dedicados aos estudos, participando de todas as atividades e desenvolvendo suas tarefas de forma satisfatória. Relacionam-se bem com os colegas de sala e todos da escola. Para o processo de interação com os ouvintes precisam de intérpretes que auxiliam a socialização com os demais estudantes, professores e todos que formam a comunidade escolar. **4.1 Atividades Desenvolvidas** Na sala de recursos multifuncionais, os estudantes surdos desenvolvem atividades que auxiliam as tarefas da sala de aula em todas as disciplinas e ampliam a aprendizagem da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). As atividades são planejadas pelos professores das disciplinas em parceria com os intérpretes e o professor da sala de recursos. São atividades principalmente de leitura e escrita a partir de jogos que contemplam o contexto da LIBRAS, apreciação de vídeos para apresentações, quebra cabeça, fantoches, sequência lógica, entre outros materiais concretos. Algumas das atividades utilizam o computador. Visualizam vídeos selecionados pelos intérpretes e a professora da sala de recursos e com tarefas específicas para surdos nas quais apresentam a apropriação da leitura e matemática a partir do gestual. Esses momentos são intensificados quando participam de trabalhos individuais ou em grupos para o desenvolvimento das tarefas avaliativas da sala de aula regular. As imagens abaixo mostram a realização de uma atividade a partir da utilização do computador. Nela, o intérprete está trabalhando com um vídeo para que o estudante surdo visualize os passos para apresentar na abertura do Projeto Consciência Negra, o hino municipal em LIBRAS. **Sala de recursos multifuncionais: trabalhando o hino municipal em LIBRAS** Fonte – Arquivo da escola Os notebooks têm programas próprios para o trabalho com vídeos com LIBRAS. Dessa forma, torna-se fundamental a utilização dos recursos tecnológicos, pois sem eles este momento não seria possível. **4.2. Acompanhamento dos alunos** O acompanhamento é realizado por um professor, que não é especializado em Educação Inclusiva, mas domina a LIBRAS e interage com os alunos surdos, inclusive, como intérprete na sala de aula regular, conforme podemos observar na imagem abaixo.

Trabalho do intérprete em parceria com a professora em sala de aula

Fonte – Arquivo da escola Nos momentos de estudo na sala de recursos multifuncionais, o professor busca desenvolver nos alunos maior autonomia e aprendizagem a partir do gestual, desenhos, vídeos e da própria conversação que é desenvolvida na sala de aula regular e na sala de recursos multifuncionais.

1. Resultados obtidos

Os resultados obtidos são positivos, pois os estudantes desenvolvem suas atividades de forma processual. Ou seja, primeiro participam do momento na sala de aula regular e intensificam a aprendizagem na sala de recursos multifuncionais. Isso favorece a aquisição de novos conhecimentos e interação com a turma. O progresso dos estudantes com necessidades educacionais especiais é visível, pois eles se dedicam em desenvolver de forma eficaz as tarefas que lhes são atribuídas. Mesmo com o empenho destes estudantes surdos, são muitas as dificuldades para que a aprendizagem seja efetiva. Mas em meio a todas elas apenas um dos três alunos está em defasagem de idade/ano. Os outros dois estão cursando o ano/série correspondente a idade. A imagem abaixo retrata o engajamento nas atividades propostas. Estudantes ouvintes e surdos desenvolvem as tarefas em colaboração. **Ensaio do hino municipal em LIBRAS** Fonte – Arquivo da escola Com o auxílio dos recursos tecnológicos os 03 estudantes surdos da escola desenvolveram em parceria com os colegas ouvintes um trabalho brilhante na conferência do meio ambiente em 2013. Passaram pela etapa municipal, estadual e foram disputar a etapa nacional, tendo um dos nossos estudantes surdos, como delegado, representando o município de União dos Palmares. Ao visualizar o desenvolvimento de um trabalho como este e o quanto os estudantes ouvintes se dedicam para aprenderem a LIBRAS, melhorando a comunicação com os colegas surdos, fica evidente que todos podem ensinar e aprender independente das limitações que tenham, cabendo a escola e seus professores promoverem um ambiente de acolhimento, respeito e integração de todos. O problema maior está no fato dos professores não terem nenhuma formação específica para o desenvolvimento mais efetivo do trabalho com os estudantes surdos. Observamos que ainda é preciso muitos encaminhamentos para que a escola comum se torne uma escola em efetivo exercício de inclusão. Mas, é gratificante ver o quanto já caminhamos no que se refere à diminuição dos preconceitos e valorização das diferenças, ao inserir os estudantes ouvintes e surdos em um contexto no qual se reconheçam em suas singularidades, pois elas são qualidades que tornam único cada ser humano. **CONSIDERAÇÕES FINAIS** O estudo deixa em evidência a importância da utilização de recursos tecnológicos na sala de recursos multifuncionais, como facilitadores da aprendizagem dos estudantes surdos na sala de aula regular. Vemos que são urgentes novos encaminhamentos pedagógicos no que diz respeito à inserção de estudantes especiais nas salas de aula regulares, uma vez que a escola tem um papel

significativo, não só para o desenvolvimento cognitivo e social dos sujeitos, mas também para sua saúde psíquica, pois ela é o primeiro espaço social promotor de separação entre o indivíduo e a família, estabelecendo um importante elo com a cultura. Percebemos que as tecnologias, como recursos que auxiliam a prática pedagógica do professor, buscam contribuir com a ressignificação da aprendizagem dos estudantes surdos, por possibilitarem a dinamicidade de imagens, vídeos e materiais concretos em um processo no qual os próprios estudantes podem aprender sendo coautores do seu processo de aquisição de novos conhecimentos. O trabalho desenvolvido na Escola Municipal Filomena Medeiros, mostra que com o auxílio dos recursos tecnológicos a aprendizagem pode ser potencializada e a inclusão passa a ser uma realidade tornando a educação de boa qualidade um dos fatores essenciais para o desenvolvimento econômico e social de um país. Nesta direção, priorizar a qualidade do ensino regular é um desafio que precisa ser assumido por nossa sociedade, para que se coloque em prática o princípio democrático da educação para todos, inclusive para aqueles que necessitam de Atendimento Educacional Especializado (AEE). É nessa perspectiva, que se destaca a importância de pesquisas sobre a escola inclusiva e o auxílio das Tecnologias Assistivas (TA) em um contexto de desenvolvimento da aprendizagem significativa, não apenas para os sujeitos que apresentam alguma necessidade educacional especial, mas também para os ditos “normais”, pois só assim teremos a possibilidade do desenvolvimento da convivência com a diversidade e do estímulo a posturas cidadãs dentro e fora do espaço escolar.

REFERÊNCIAS ARANHA, M.S.F. Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiências. Revista do Ministério do Trabalho, XI, n 21, março (pp. 160-173/2001). AUSUBEL, D., NOVAK, J. D., & HANESIAN, H. Psicologia Educacional. Rio de Janeiro: Editora Interamericana, 1980. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF [s. n], 1988. _____ Lei nº. 9.394, de 20/12/1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. _____ *Decreto nº 6.571 de 17/09/2008*, que dispõe sobre atendimento educacional especializado nas escolas públicas e nas instituições especializadas. Disponível<[http://](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20072010/2008/Decreto/D6571.htm)

www.

[planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)

[/ccivil_03/_Ato20072010/2008/Decreto/D6571.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20072010/2008/Decreto/D6571.htm)

>.Acesso em 20/03/2016. _____ **Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004.**

Disponível em:

<http://>

www.

[planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)

[/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm)

. Acesso em 11/03/2016. _____ Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). 2000.

Disponível em:

<http://>

portal.mec.gov.br

[/arquivos/pde/default.htm](http://portal.mec.gov.br/arquivos/pde/default.htm)

|

Acesso em: 25/03/2016. _____ Resolução CNE/CEB Nº 2, DE 11 DE SETEMBRO DE 2001.

Institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.

Disponível em:

<http://>

portal.mec.gov.br

[/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf)

Acesso em: 10/04/2016. COLL, César. et al. Desenvolvimento Psicológico e Educação. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. 3 v. GARCIA. R. M. C. Política de educação especial na perspectiva inclusiva e a formação docente no Brasil.

Disponível em:

<http://>

[www.](http://www.scielo.br)

[scielo.br](http://www.scielo.br)

[/pdf/rbedu/v18n52/07.pdf](http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v18n52/07.pdf)

.

Acesso em: 25/04/2016. LIMA, V.A.P. A inclusão dos alunos surdos nas escolas regulares da rede pública de educação: uma questão linguística.

Disponível em:

[www.](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br)

[educadores.diaadia.pr.gov.br](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br)

[/modules/...01/visit.php](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/modules/...01/visit.php)

?

[cid=120...](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/modules/...01/visit.php?cid=120...)

Acesso em: 20/03/ 2016. ROPOLI, Edilene Aparecida [et al]. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: a escola comum inclusiva. Brasília. MEC. SEESP. 2010. SANCHO, J. M. De tecnologias da informação e comunicação a recursos educativos. In: Juana Maria Sancho et al. Tecnologias para transformar a educação. Porto Alegre: Artmed, 2006. SANTAROSA, L.M.C. Tecnologia Assistiva como apoio à inclusão digital de Pessoas com deficiência física.

Disponível em:

www.

ufrgs.br

/niee/eventos/CIIEE/2007/pdf/CP-%20

314.pdf

. Acesso em 20/03/2016.

Sem nota de rodapé.

Mestranda da linha de pesquisa Tecnologias da Informação e Comunicação na formação de professores. Mestrado em Educação/PPGE/CEDU/UFAL.

-mail:rosemadalenag11@gmail.com

Recebido em: 26/05/2016

Aprovado em: 03/06/2016

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort

Método de Avaliação: Double Blind Review

ISSN:1982-3657

DOI: